

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.054 - SP (2019/0035665-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MARIA MARTA FONSECA TRANIN**
AGRAVANTE : **JOSE MARIA TRANIN**
ADVOGADOS : **ALONSO SANTOS ALVARES - SP246387**
 GISELE APARECIDA VITAL OLIVIER - SP265760
 RICARDO SIGUEMATU SANTOS - SP285469
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA MARTA FONSECA TRANIN e OUTRO contra decisão do Tribunal *a quo*, que não admitiu recurso especial fundado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 608/609):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.021 DO CPC/15. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC/73. HIPÓTESE QUE AUTORIZAVA DECISÃO MONOCRÁTICA. MEDIDA CAUTELAR FISCAL. LEI Nº 8.397/92. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: DESNECESSIDADE. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO: IRRELEVÂNCIA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO: INOCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O art. 557, caput, do CPC/73, vigente à época em que publicada a decisão então recorrida, e, portanto, aplicável ao presente caso (vide EREsp 615.226/DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2006, DJ 23/04/2007; RE 910.502/SP, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, decisão proferida em 18.03.2016, DJE 54/2016 divulgado em 22.03.2016; RESP 1.248.117/RS, Relator Min. HUMBERTO MARTINS, decisão proferida em 18.03.2016, DJE 1935/2016 publicado em 22.03.2016; dentre outros), autorizava o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior; foi o caso dos autos.

2. A Lei nº 8.397/92 não exige a constituição definitiva do crédito tributário como condição necessária para o ajuizamento da medida cautelar fiscal. O parágrafo único de seu art. 1º, aliás, expressamente prevê hipóteses em que se dispensa até mesmo a própria constituição do crédito tributário.

3. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por qualquer das causas previstas no art. 151 do CTN, não impede a propositura da cautelar fiscal, mesmo que a causa de suspensão seja preexistente à ação.

4. A impossibilidade de propositura da cautelar fiscal em face de crédito tributário cuja exigibilidade esteja suspensa aplica-se apenas e tão somente à hipótese art. 2º, inciso V, "a", da Lei nº 8.397/92, isto é, se o contribuinte, notificado pela Fazenda Pública para o recolhimento de crédito fiscal, deixar de pagá-lo no prazo legal.

5. Não há ofensa aos princípios do contraditório ou da ampla defesa, se a própria lei determina que "a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação" (art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.397/92).

6. Agravo interno improvido.

Os ora recorrentes apontam que, ao contrário do decidido pelo Tribunal *ad quo*, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está supostamente pacificada no que pertine à impossibilidade de ocorrência de medida cautelar fiscal quando o crédito tributário estiver com a exigibilidade suspensa (e-STJ fl. 638). Pugnam seja dado provimento ao agravo para admitir e prover o recurso especial interposto, com vistas a anular a medida cautelar fiscal.

Contrarrazões, às e-STJ fls. 342/350, nas quais a Fazenda Nacional defende que a decisão hostilizada encontra-se amparada em aplicação da legislação pertinente e está afinada à jurisprudência desta Corte.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ fl. 631/633).

Na presente irresignação, a agravante afirma que o recurso especial não demanda a análise de matéria probatória (e-STJ fls. 635/642).

Contraminuta pelo reconhecimento de óbice na Súmula 7 do STJ, porquanto a revisão de mérito da matéria implica o reexame fático-probatório (e-STJ fl. 645).

Passo a decidir.

Deve-se consignar que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3 do STJ).

Dito isso, conforme relatado, a discussão posta nos autos diz respeito ao deferimento de medida cautelar fiscal proposta pela Fazenda Nacional, a fim de declarar a indisponibilidade de bens, enquanto suspensa a exigibilidade de tributo.

O MM. Juiz Federal julgou procedente o pedido nos seguintes termos (e-STJ fls. 346/355)

Inicialmente, desnecessário aguardar-se por mais tempo a solução definitiva dos recursos administrativos para prosseguimento do feito, uma vez que a interposição de recurso administrativo tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, não, porém, a decretação da indisponibilidade de bens, por tratar-se de medida acautelatória, no intuito de evitar a alienação de bens de forma a prejudicar a satisfação do crédito tributário. Dado o tempo reclamado pelo processo administrativo, a concessão da liminar, bem como, a possibilidade de reversão da decisão no caso de procedência dos recursos apresentados na esfera administrativa, não há obstáculo à prolação de sentença.

O primeiro requisito para a concessão da liminar é a existência de crédito tributário devidamente constituído. [...]

A constituição do crédito ocorreu com a lavratura do auto de infração e com a Notificação Fiscal de Lançamento, em outubro de 2004. [...]

O ajuizamento da cautelar tem lastro no art. 2º da Lei 8397/92 e seus incisos III, V, VI e VI [...]

Quanto à condição descrita no inciso VI, compulsar dos autos evidencia que o patrimônio conhecido dos requeridos (fls. 43/44) soma o total de, aproximadamente, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), donde se extrai que seu patrimônio é inferior a trinta por cento das dívidas, que somam, com a redução deferida administrativamente, R\$ 2.177.715,43 (dois milhões, cento e setenta e sete mil, setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos). [...]

No caso, as vendas realizadas pelos requeridos, inclusive do imóvel de matrícula nº 12023, 12038, 12036, 12035 e 12034, ocorreram entre outubro e dezembro de 2004, após a notificação do Auto de Infração, aplicando-se ao caso os arts. 1º, § único e 2º, V, '13' da Lei nº 8.397/92 [...]

A cautelar pode ser requerida antes mesmo da constituição do crédito tributário, nos termos do art. 1º, § único do artigo citado, desde que as condutas autorizadoras antes do lançamento de ofício estejam presentes, como no caso, em que os contribuintes reduziram substancialmente seu patrimônio por meio de vendas, isso após a imediata intimação do encerramento da ação fiscal, em 18 de outubro de 2004 (fl. 30).

Se os contribuintes praticaram a conduta que justifica a decretação de indisponibilidade antes mesmo da notificação do lançamento, revela-se procedente o pedido cautelar, uma vez que o intuito dos contribuintes em 'desfaltar' o patrimônio é visível, pois todos os atos tendentes a impedir a efetividade da cobrança judicial sucederam depois da intimação do fim da ação fiscal, ocasião em que os contribuintes tinham ciência de que o fisco examinaria suas contas e a previsibilidade da ação fiscal certamente motivou as alienações dos bens a terceiros.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art. 269, I do CPC, decretando a indisponibilidade dos bens arrolados às fls. 65/66, bem como de quaisquer bens registrados em Cartórios de Registro de Imóveis, em nome dos requeridos, bem como dos bens móveis bloqueados ou futuramente encontrados.

O Tribunal *a quo* confirmou a sentença, utilizando como razões de decidir (e-STJ fls. 598/609):

Consta dos autos que os apelantes, ora agravantes, tiveram contra si constituído crédito tributário em valor superior a R\$ 500.000,00 e que ultrapassa 30% de seu patrimônio conhecido, razão pela qual foi proposto arrolamento de bens e direitos, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.532/97 (fls. 41/44). Os recorrentes, todavia, já sabedores da existência dos citados créditos tributários, promoveram a alienação de alguns dos imóveis arrolados, no claro intuito de frustrar a cobrança da dívida fiscal (fls. 45/54). Por fim, há sérios indícios de que as referidas operações foram fraudulentas, dada a ausência de capacidade financeira dos adquirentes (fls. 09/17).

Diante desses fatos, plenamente justificada a manutenção do decreto de indisponibilidade de bens com fundamento no art. 2º, incisos III, V, "b", VI e VII, da Lei nº 8.397/92, senão vejamos.

A Lei nº 8.397/92 em momento algum exige a constituição definitiva do crédito tributário como condição necessária para o ajuizamento da medida cautelar fiscal. O parágrafo único de seu art. 1º, aliás, expressamente prevê hipóteses em que se dispensa até mesmo a própria constituição do crédito tributário - tomando irrelevante, para o deslinde da presente ação, o que decidido no Recurso Especial nº 773.286/SC. [...]

Tampouco a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, seja em razão da interposição de recurso na seara administrativa - como ocorre no presente

caso - ou por qualquer outra das causas previstas no art. 151 do CTN, impede a propositura da cautelar fiscal.

O parágrafo único do art. 12 da Lei nº 8.397/92 expressamente prevê que "a medida cautelar fiscal conservará sua eficácia durante o período de suspensão do crédito tributário ou não tributário".

Ademais, o art. 2º, inciso V, "a", da Lei nº 8.397/92, que prevê a impossibilidade de propositura da cautelar fiscal em face de crédito tributário cuja exigibilidade esteja suspensa aplica-se apenas e tão somente à hipótese da referida alínea, isto é, no caso de o contribuinte, notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, deixar de pagá-lo no prazo legal. Trata-se, portanto, de situação diversa da exposta na presente ação.

A jurisprudência é pacífica ao admitir a propositura de medida cautelar fiscal em face de crédito tributário cuja exigibilidade esteja suspensa, inclusive quando a causa de suspensão for preexistente à própria ação [...]

Imperioso destacar, por fim, que nos termos da própria lei que dá suporte a esta ação, "a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação" (art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.397/92), não havendo que se falar, portanto, em ofensa aos princípios do contraditório ou da ampla defesa.

No mérito, observa-se que o acórdão recorrido também decidiu a controvérsia com base em fundamento constitucional, vale dizer, os princípios do contraditório e da ampla defesa, e este não foi especificamente impugnado nem tampouco foi interposto recurso extraordinário, o que atrai a aplicação do óbice de conhecimento do recurso especial estampado na Súmula 126 do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator